



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
FIPAM XXVIII – COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA

**ALÉM DO SANGUE: entre experiências e narrativas com o jornalismo policial na
região metropolitana de Belém**

ALICE MARTINS MORAIS

PROF.^a DR.^a ALDA CRISTINA COSTA

Artigo apresentado enquanto exigência
como requisito para conclusão do
programa de pós-graduação do XXVIII
FIPAM – Comunicação Científica na
Amazônia.

Docente: Prof.^a Dr.^a Alda Cristina Costa

Belém, 12 de abril de 2019

ALÉM DO SANGUE: entre experiências e narrativas com o jornalismo policial na região metropolitana de Belém

Alice Martins Morais

Resumo: No Pará, o jornalismo policial é conhecido por uma linguagem de fácil entendimento e por expor a violência de forma explícita. Nessa perspectiva, indagamos: é possível produzir um jornalismo policial contemporâneo diferente? Essa é a proposta do presente artigo que busca fazer uma reflexão acerca do tema, considerando o jornalismo como uma forma de narração da história do presente e do cotidiano, tendo o relato de experiência com o jornalismo policial paraense para além do sangue como eixo principal, ou seja, narrar o cotidiano do jornalista diante da dor dos outros. Toma-se como procedimentos metodológicos a análise narrativa e de experiência, amparada em Motta e a concepção de jornalismo humanizado em Jorge Kanehide Jijuim, além da discussão sobre o jornalismo em si baseada em Peres. Como exemplos de experiências de jornalismo humanizado no Pará, toma-se como ponto de referência reportagens de autoria própria.

Introdução

O tema da violência não é novidade na mídia. Se observarmos a história ocidental, sempre houve interesse pelo crime, seja em forma de peça de teatro, romances ou em jornais. Exemplo disso são as “coleções populares francesas do século XVIII sobre crimes e julgamentos célebres” apontadas por Gramsci (apud LEMOS, 2001) e a alta circulação de literatura de crime no Brasil desde a década de 1870, ressaltada pela historiadora Ana Gomes Porto no artigo “Romance sensacional e histórias de crime no Rio de Janeiro de início do século XX” (2010). Com o surgimento dos jornais, as publicações desse sentido continuaram, no entanto com outro enfoque e linguagem:

Se o romance policial exaltava a inteligência dos detetives que combatiam o mal presente na cidade, os jornais completavam o trabalho de justificar a necessidade da polícia e do controle, mostrando os criminosos por toda parte. Na década de 1830, época do surgimento da imprensa de massa, o jornal de um penny ou um sou, além das páginas policiais dos jornais generalistas já circulavam publicações dedicadas especificamente a notícias sobre crimes e julgamentos, como a Gazette des tribunaux, o Courier des tribunaux e o Journal des concierges, na França. (LEMOS, 2001, p. 2)

Com o passar das décadas, o jornalismo passou por diversas mudanças, mas a editoria Polícia permaneceu. Com o advento da televisão, o estilo “sensacionalista” dos noticiários sobre crime se propagou e se tornou comum, a nível nacional e local, a presença de programas em que os apresentadores enfatizam essa “necessidade da polícia e do controle”, como

apontado acima. Hoje, muitos desses programas são transmitidos em horário de audiência, evidenciando o aspecto popular da temática.

No jornal impresso, no entanto, nota-se certo afastamento do assunto em jornais de grande circulação, como é o caso do Estadão e a Folha de São Paulo¹, por exemplo, que não dedicam uma editoria apenas para Polícia, mas apenas produzem reportagens em casos de grande proporção ou matérias mais elaboradas sobre o tema, sem haver uma cobertura diária sobre o crime. Por outro lado, em jornais mais regionais ou mais populares, ainda há destaque para esse caderno.

No Pará, por exemplo, o caderno Polícia é caracterizado pela linguagem simples, direta e com conteúdo de violência explícita. Mas esse estilo também tem tido atualizações no decorrer do tempo.

2. Transformações atuais e tendências

Ao se comparar edições de anos anteriores e atuais, e considerando as orientações editoriais que havia durante minha experiência profissional, observa-se um cuidado maior em não exibir violência tão explícita, especialmente em relação às imagens e aos títulos das matérias. Exemplo disso é que as fotos são utilizadas estrategicamente com o objetivo de não mostrar sangue e vestígios humanos de forma tão explícita, os rostos são cobertos com tarjas e vítimas e suspeitos menores de 18 anos não são identificados por seus nomes.

Diversos fatores contribuem para que essa mudança tenha ocorrido. Um deles, de fundamental importância, é o aumento da pressão popular pela garantia dos direitos humanos e pelo cumprimento de uma legislação mais rígida. O artigo 212 do Código Penal, Lei 2848/40, existe há décadas no Brasil e garante a proteção do cadáver em relação a atitudes que possam “desrespeitar, ultrajar e menosprezar” a pessoa falecida. A pena prevista para esse crime é de um a três anos de detenção, além de multa.

Além disso, desde 2015 existe um projeto de lei tramitando pela Câmara de Deputados do Brasil (PL 2175/15) que pune com prisão, “quem reproduz imagens aviltantes de cadáver na internet e em outras mídias”.

Aliada a essas questões, está a renovação das redações de jornais. Apesar de muitas vezes serem marcadas pelo tradicionalismo, as redações têm uma característica de alta

¹ A tiragem calculada em dezembro de 2017 do Estadão foi de 114527 exemplares, enquanto da Folha de São Paulo foi de 121007 exemplares, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).

rotatividade de jornalistas, em especial repórteres e produtores. Além disso, essas funções na grande maioria das vezes são assumidas por uma geração de jornalistas que possuem diploma universitário e trazem consigo não apenas uma bagagem de conhecimento técnico, mas também teórico. Isso é fundamental para que as abordagens no caderno Polícia passem de ser meramente relatórios policiais e com conteúdo violento explícito para se tornarem mais focadas em narrar uma história e coloque os personagens em foco, dando um olhar mais humanizado. Ou seja, narrativas que falam de pessoas.

Como narrativa, corroboro com o conceito de que um texto narrativo “é uma história que se conta através da linguagem, isto é, uma história que se converte em signos linguísticos”, utilizado por Mieke Bal (apud MOTTA, 2004, p. 3).

Através do jornalismo, é possível ter diariamente a chance de saber o que acontece em nosso entorno. Desse modo, o jornalismo pode ser utilizado como conhecimento do senso comum ou do cotidiano. Para Van Dijk (2005), o jornalismo possui dupla função: de conservação e renovação da realidade, que também pode ser observada como forma de conhecimento. No caso do jornalismo policial, pode-se inferir que é utilizado como conhecimento do cotidiano à medida em que retrata crimes que aconteceram na realidade diária de uma comunidade, conservando em forma de notícia um momento, preservando o fato na linha do tempo e renovando a realidade no sentido em que é responsável por provocar uma construção social acerca de um local, de uma pessoa ou de um fato isolado.

E, no caso do jornalismo humanizado, as notícias nada mais são que histórias de pessoas, que podem tratar do ordinário ou do extraordinário, mas que representam suas vidas e que representam assuntos mais abrangentes da sociedade.

Ainda com Motta (2004), é possível visualizar sobre como as notícias também podem ser narrativas:

As notícias são fragmentos parciais de histórias, de personagens e atores dos dramas e tragédias humanas contadas e recontadas diariamente, pontuadas de lacunas e hiatos de sentido que precisam ser permanentemente negociados pelo receptor no ato de leitura. As notícias condensam difusamente conflitos, tensões, terror e piedade. (MOTTA, 2004, p. 15)

O papel da notícia em contar histórias e condensar emoções e sensações é ainda mais percebido quando se descreve o jornalismo humanizado, pois a partir de um fato ou aspecto social a reportagem discorre sobre a história de um entrevistado e tenta transmitir as emoções

sentidas por esse entrevistado e, em alguns casos, até mesmo pelas impressões do autor-jornalista, como será melhor descrito nas próximas seções do artigo.

3. Experiência

Em meu primeiro ano de faculdade, em 2012, do curso de Comunicação Social – Jornalismo, fui agraciada com a Bolsa Jovens Talentos para a Ciência, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, destinada à iniciação científica de calouros universitários. Na época, me integrei ao grupo de pesquisa “Mídia e violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense”, coordenado pela pesquisadora Alda Cristina Costa, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. No projeto, pesquisei o assunto e tive como resultado o artigo “A cultura do medo: breves reflexões da relação entre idosos e programação televisiva”, que teve como objetivo refletir como temáticas violentas na programação televisiva podem contribuir para a cultura do medo entre os idosos. Para isso, entrevistei seis idosos, na faixa etária dos 65 aos 70 anos, em espaços públicos, com perguntas abertas com a finalidade de perceber o sentimento dos mesmos com relação essa cultura de medo.

Passei um ano pesquisando como a mídia e a violência se relacionam e observei que o jornalismo pode contribuir para agravar os medos da população, e também que as narrativas jornalísticas sobre violência, muitas vezes, se afastam da perspectiva ética de informar e orientar a sociedade a partir da produção e do conteúdo divulgados. A partir dessa percepção sobre a editoria policial, dois sentimentos me conduziram a pensar no jornalismo policial: que deveria ser um trabalho muito difícil do ponto de vista emocional, por estar em contato com a criminalidade e a violência no sentido mais bruto, e que fazer jornalismo policial muitas vezes era “sujar as mãos de sangue” e contribuir para um jornalismo antiético.

Minha primeira experiência como jornalista, em 2016, no jornal impresso Diário do Pará, me colocou de frente com os acontecimentos do caderno Polícia, pois fui designada a cobrir essa editoria. Na rotina cotidiana da cobertura sobre violência, constatei que essa questão ia além do sangue. Muito mais que uma guerra “entre Polícia e ladrão”, estão pessoas, cada uma com suas próprias vivências, sonhos, trabalhos e histórias para contar.

No caderno Polícia, minha rotina era muito imprevisível. Havia dias mais calmos, em que podia me debruçar em matérias “frias”², relatando a insegurança em diversos bairros

² Matérias frias são matérias que não têm conexão direta com a factualidade, também são conhecidas como “atemporais”, não dependem de uma ligação direta com o ineditismo, sem data específica para ser publicada.

da região metropolitana. Em outros dias, o trabalho podia ser bem corrido e a equipe circulava pelos pontos mais remotos acompanhando as ocorrências policiais pela capital.

A experiência foi singular. Diariamente, convivia com histórias de tragédia, violência, em uma realidade que eu nem chegaria a conhecer se não fosse por intermédio de um trabalho jornalístico dessa natureza. Dentre as experiências inusitadas com as quais tive que enfrentar a serviço do Polícia, posso destacar: lidar com reações de parentes que acabaram de perder o ente querido, momento em que estão mais vulneráveis e instintivos, completamente emocional e não racional. Não foram poucas as vezes em que vi uma mãe ou um pai clamando a Deus para que tivesse sido ele levado no lugar do filho, mas algumas reações se sobressaíram. Como por exemplo, quando uma vez em que um vendedor de açai que foi assassinado com vários tiros enquanto arrumava sua barraca de vendas no início do dia. Ele morava numa vila onde também morava o restante de sua família e a barraca de vendas ficava bem na esquina, então seu corpo ficou estirado no chão e o sangue escorria por onde ficava a entrada da vila. Quando sua irmã chegou em casa com dois filhos (sobrinhos da vítima), ela se jogou por cima do seu corpo e as crianças pularam a poça de sangue para ir para casa. Quando a mãe do vendedor chegou, a cena foi ainda mais trágica. O corpo já estava sendo carregado para o veículo do Instituto Médico Legal e ela, então, se agarrou ao que tinha sobrado dele: o sangue no chão.

Sem dúvidas, essa rotina me fez ter outra percepção do mundo. Diariamente, estive diante da realidade nua e crua de locais que muitas vezes são "invisíveis" ao olhar do público e do Estado. Na maioria dos casos, são ambientes que, além de serem alvos constantes de criminalidade, não possuem saneamento básico, acesso à saúde e à educação, ou seja, são impedidos de ter acesso aos direitos básicos. Essa convivência fez despertar a atenção para as dificuldades que grande parte da população belenense ainda enfrenta, mesmo em pleno ano de 2018, e refletir sobre a falta de políticas públicas nessas áreas, dentre outros fatores.

4. Desafios da profissão

Os maiores desafios são encarar a periculosidade dos próprios locais onde fazemos as matérias e tornar as matérias mais humanizadas, quando a maioria das informações que temos a princípio são puramente informativas. Isso exige que o repórter tenha o cuidado de procurar vários pontos de vista sobre uma mesma história, ou seja, tanto a versão dos órgãos oficiais (Polícia Militar, Perícia Criminal e Instituto Médico Legal), quanto outras fontes (moradores do local, familiares das vítimas ou até mesmo os familiares dos acusados). Além disso, outros desafios que podemos citar é a falta de informação, a estrutura emocional diante

das tragédias e o cuidado com a linguagem, aspectos que serão mais profundamente abordados abaixo.

4.1. Acesso à informação

Os assuntos abordados no Caderno Polícia são delicados, pois lidam com a vida, com a morte, com a reputação das pessoas. Os principais cuidados para escrever são cumprir todos os requisitos da checagem jornalístico, o que inclui verificar antecedentes criminais, entender o básico da legislação referente ao crime e escutar fontes oficiais. Além disso, tenta-se ao máximo ouvir familiares de vítimas e testemunhas, mas nem sempre é possível, pois atualmente impera nas ruas a "lei do silêncio" e as pessoas ficam coagidas de falar sobre a criminalidade com medo de se tornarem as próximas vítimas.

Em alguns turnos, esse desafio se torna ainda maior. Pelo menos duas vezes ao mês, eu trabalhava pela madrugada. No início, outros veículos mantinham equipes nesse horário, mas, depois, apenas a nossa equipe estava nas ruas de 00h às 5h aos finais de semana. Por isso, o trabalho de reportagem policial se tornava ainda mais solitário e quando se está sozinho maior é a responsabilidade. Além da dificuldade em conseguir acesso às informações (a maioria das delegacias estão fechadas, não tem outros repórteres em rua, o IML nem sempre atende ao telefone ou são autorizados a repassar informações), quando finalmente chega a informação de algum crime, fica a critério da equipe (repórter, fotógrafo e motorista) avaliar quais as chances de ela ser verídica (se não for, será um grande risco de segurança em vão) e se ela atende aos critérios de noticiabilidade. Somente ao repórter, especialmente, cabe a decisão ainda de quais fontes consultar. Nessas horas, mais do que nunca, o faro jornalístico e principalmente os princípios éticos são testados. É preciso, então, criar estratégias de aproximação da população, sem assustar nem chamar atenção, para ouvir, mesmo de forma anônima, o que ela tem a dizer.

4.2. Estrutura emocional diante das tragédias

Além de conseguir ter informações confiáveis, o jornalista precisa equilibrar o lado profissional com o emocional, o que não é tarefa simples quando se está diante da dor dos outros. É difícil manter a cabeça sã para poder chegar em casa depois do expediente e seguir a vida normalmente ou mesmo manter o foco no trabalho que precisa ser feito com rapidez, saindo da cena do crime e já escrevendo a notícia. Não há fórmula certa, cada um reage de uma forma com esse trabalho. No meu caso, tentava não refletir sobre os casos enquanto estava fora do trabalho, tentava manter o foco nos fatos mais do que nas emoções - as minhas

e as de quem me rodeava. Estar ao lado de profissionais mais experientes no jornalismo policial também foi um fator muito importante, pois eles já tinham o hábito cultivado e criavam um clima de “normalidade” que, embora pareça insensível e duro, muitas vezes é necessário para o ofício.

Mais do que "nervos de aço", trabalhar no Polícia exige autocontrole e a percepção de limites. É saber quando e como agir diante das situações mais adversas e fazer o exercício de seguir adiante mesmo depois de ter presenciado cenas chocantes. De praxe, a profissão exige a aproximação de cenas de sangue e de dor, ao mesmo tempo que cobra que se entregue provas dos fatos relatados e escute a versão oficial e a versão das vítimas, evitando a emoção e atendo-se somente aos fatos. Olhando de fora e analisando a situação, nosso trabalho muitas vezes pode parecer de “abutres”, de pessoas que se aproveitam da tragédia para vender histórias. Essa visão que se criou sobre o jornalismo policial é um dos desafios da profissão, pois até mesmo a população envolta da cena do crime (vizinhos e familiares das vítimas, por exemplo) enxergam o jornalista dessa forma. Por isso, há ainda o exercício diário de se mudar essa perspectiva e fazer um jornalismo mais sensível. Respeitar o código de ética jornalística é primordial, assim como obedecer aos direitos humanos. É preciso sempre respeitar a privacidade dos personagens da história, seja ele considerado vítima, familiar da vítima ou mesmo acusado. Para tanto, respeita-se quando alguém não quer se manifestar, não quer se identificar ou não quer ter sua imagem exposta.

4.3. Cuidado com a linguagem

Outro grande desafio de se trabalhar com jornalismo policial é evitar o sensacionalismo. Para "salvar a ronda" (como se diz quando não queremos encerrar o expediente sem ter feito nenhuma matéria), há a tendência de fazer "render" qualquer caso de Polícia e, muitas vezes, para fazer isso seria necessário relatar a ocorrência de forma exagerada, fazendo parecer que foi mais sério do que de fato. Por exemplo, fazer a matéria de um assalto a uma residência e descrever situações que não se tem certeza de que foi verdade, como "os moradores ficaram apavorados", "os bandidos usaram de violência", sem ter isso comprovado em nenhum documento ou entrevista, ou seja, pode ter sido diferente, o criminoso pode ter invadido a casa sem ninguém perceber. Mas um assalto sem esse teor não seria relevante o suficiente para "salvar a ronda".

Muito comum no sensacionalismo policial é incriminar a vítima de homicídio, baseado em rumores que se escuta nas vizinhanças, como alegar que o sujeito era envolvido com criminalidade ou era usuário de drogas, sem ter provas.

Muitas vezes, essas atitudes um tanto quanto desesperadas são tomadas pelos repórteres para fugir de uma pressão por matéria, para facilitar seu trabalho. Mas esse tipo de conduta é condenável e deve ser combatida a todo custo não apenas pelo próprio repórter, mas pelo editor, que tem o papel de compreender quando um caso não cumpre os critérios de noticiabilidade, exigir provas das informações relatadas pelos repórteres e ainda incentivar e auxiliar na criação de pautas mais elaboradas e investigativas.

5. Jornalismo humanizado

Diante dos desafios e para o jornalismo revigorar no decorrer do tempo, é preciso que ele se renove e permaneça atualizado diante das discussões do contexto mundial, sem que para isso se exima de sua função social, que para o jornalista norteamericano Joseph Pulitzer é definido da seguinte forma:

Cada edição do jornal apresenta uma oportunidade e um dever de dizer algo corajoso e verdadeiro, de passar por cima do medíocre e do convencional, de dizer algo que vai merecer o respeito da parte inteligente, instruída e independente da comunidade, de passar por cima do medo do partidarismo e do medo do preconceito popular (apud SEITZ, p.286, 1924)

Pensando nessa perspectiva e observando os fatos e pessoas que tramitavam durante o meu trabalho, comecei a refletir sobre a humanização do jornalismo. Em meio a tanta brutalidade, havia pessoas vendo suas vidas serem perpassadas pelo crime diariamente. E o mais impressionante: muitas já não se surpreendiam com o crime. Pelo contrário, aquilo virou uma atração. Não é raro observar famílias inteiras saindo de pijama durante a madrugada (com crianças de colo, inclusive), para assistir à perícia criminal, por exemplo.

Tendo esse contexto em mente, decidir atuar com jornalismo humanizado é um desafio de não se manter totalmente distante da emoção que envolve o crime, de se permitir ser “tocada” pelos casos do cotidiano e ainda de resgatar histórias de pessoas que muito antes de serem vítimas ou culpadas, são seres humanos.

Em entrevista publicada no livro “Jornalismo policial: histórias de quem faz”, o jornalista Percival de Souza declarou que no jornalismo na área criminal é preciso considerar tanto o aspecto factual quanto as variantes sociais.

O desafio é ter a competência para desempenhar esse papel imprescindível, ajudando a sociedade a lançar um olhar agudo sobre ela mesma. A área é interdisciplinar, possui fascínios. Revela a essência de tudo é o que está no

coração humano, onde palpitam emoções de todo tipo - essa região do desconhecido, segundo Machado de Assis. (SOUZA apud PAIXÃO, 2010, p. 11)

Mas para produzir uma matéria profunda e humanizada, é necessário tempo e recursos (acesso a mais fontes, assessoria, orientação editorial). Isso, por si só, já difere muito da rotina normal de um jornalista policial, que geralmente faz uma ronda policial pela cidade durante seu expediente buscando o máximo de notícias do mundo do crime e depois relata-as em textos objetivos.

No jornalismo humanizado, as características são outras: é preciso fazer entrevistas longas com os personagens, buscar outros ângulos de fotos e refletir sobre o assunto. Torna-se uma reportagem escrita muito mais subjetiva que o normal. Jorge Kanehide Jijuim (2017) ressalta que o jornalismo humanizado deve se afastar da noção de “fato-coisa”, ou seja, quando há uma banalização dos fatos dentro do texto, dando o sentido de que são apenas “coisas”, sendo que, na verdade, por trás dos meros fatos há vidas envolvidas. No caso de homicídios, por exemplo, é comum vermos em reportagens as pessoas mortas serem retratadas apenas como números (“Fulano” foi o 4º morto nesta semana, etc), omitindo as histórias das vítimas. Para Jijuim (2017, p. 238), quando se aborda uma linguagem do tipo, “(...) estes seres humanos não têm sido representados como pessoas, mas como caricaturas desses fenômenos. E isso desumaniza”.

Quando você aceita a tarefa de contar a história de alguém, é preciso lidar com a dor dos outros e assumir a grande responsabilidade de ser verdadeiro, sensível e respeitoso. Essa relação de respeito e de ouvir o “Outro” foi exaltada por Boaventura de Santos (1989) em “Introdução a uma ciência pós-moderna”, ao se referir ao campo da ciência pós-moderna, mas também pode ser levada em consideração quando se trata do jornalismo, pois essa relação de alteridade existente permite que o jornalista dê visibilidade ao discurso de personagens considerados “comuns” e contribua para a inclusão social, imprescindível no jornalismo humanizado. Para discutir a narrativa de teor testemunhal em relatos jornalísticos, Ana Carla Peres (2016) pontua cinco “pistas” do jornalismo. Dentre elas, estão a que considera o jornalismo um rastro. Segundo Peres, a potência narrativa do jornalismo são justamente “os rastros, a descrição das circunstâncias, os detalhes, as pequenas coisas aparentemente desimportante” (PERES, 2016, p. 95). No jornalismo-padrão, esses rastros muitas vezes são passados despercebidos pelos formatos de notícia genéricas que se limitam apenas à estrutura básica de “lide”, ou seja, o modelo jornalístico baseado especialmente em relatar “o quê,

quem, onde e como”, sem ir além disso e de fato contar a história, o contexto e apresentar os seres humanos envolvidos pelo fato.

Outra pista é de que o jornalista é testemunha, pois ao narrar a história ele se fundamenta no que viu, ouviu, ou seja, o que testemunhou. Mesmo que o fato em si tenha sido presenciado ao vivo por outra pessoa, cabe ao jornalista “reconstituir um fato do passado” (PERES, 2016, p. 95) a partir do testemunho da pessoa que é entrevistada. A autora ressalta ainda outra perspectiva de narração no jornalismo, a partir dos estudos de Resende (2002): seria a figura do ‘narrador-jornalista’, “que se coloca um passo além disso e dar a ver a cena de outros modos, entendendo que a realidade é complexa, feita de texturas, de cheiros, de muitas vozes, de silêncios” (PERES, 2016, p. 97). Nesse caso, o jornalista se permite a narrar suas próprias impressões sobre o caso, o contexto e até mesmo como o entrevistado se comportou durante a conversa, por exemplo.

A terceira pista leva em consideração a “imaginação como estratégia para narrar o trauma”, conforme expresso pelo pesquisador Márcio Selligman-Silv (2008): “De acordo com ele, ao invés de negar ao testemunho a possibilidade de ver na imaginação, deveríamos ver a imaginação como um aliado potente” (PERES, 2016, p. 98). O texto passa a considerar, então, o próprio leitor como parte essencial para a interpretação. As palavras, assim, servem como “ponte” entre o que o narrador relata e o que leitor compreende e como ele reage.

A quarta pista do jornalismo reflete sobre a contradição entre a necessidade de testemunhar e a própria dificuldade de testemunhar que forma a “consciência da incompletude”. De acordo com Peres, “nessa perspectiva, testemunho seria também uma construção de linguagem que se configura na tensão entre o que se pode dizer e aquilo que de fato é dito” (PERES, 2016, p. 99). Essa questão faz relação com a “lei do silêncio”, mencionada anteriormente, pois, como já dito, o jornalismo ético exige que se ouça todos os lados, mas nem sempre é possível ter essa completude por conta dos riscos que envolvem o testemunho. Além disso, a consciência de incompletude recai sobre o que é narrado e o que deixa de ser narrado. Na linguagem do jornalismo, exprime-se pelo que é “on the record” e “off the record”, expressões usadas para determinar o que é dito pelo entrevistado e que pode ser publicado com sua permissão e o que é dito por ele mas que ele deixa claro que não pode ser publicado. Ademais, ainda há outra questão na tensão do que se dizer e o que não se dizer, especialmente quando se trata de jornalismo policial. Há momentos em que a testemunha entrega informações ao jornalista motivada pela emoção, mas que, ao refletir sobre isso, poderá se arrepender, seja porque aquele depoimento poderá trazer riscos ou porque a

informação não é acompanhada de provas. É dever do jornalista ter noção do que deve ou não ser narrado, tendo consciência desses fatores.

Por fim, Peres aborda a pista 5, “A emoção do real”. Ela usa o termo incumbido por Beatriz Jaguaribe (2007) “choque do real” para se referir aos

retratos fornecidos pelos meios de comunicação, instantâneos que realçam a precariedade, as contradições e a marginalização em um cenário urbano atual: a violação, o assassinato, ou mesmo o erotismo, narrados de modo a provocar uma ‘ressonância emotiva’. Esses seriam os novos códigos realistas que, por meio das narrativas, levariam o leitor-espectador a produzir significados” (PERES, 2016, p. 101)

Essa pista tem relação ao cuidado que o jornalista deve ter em não ser sensacional, já que uma “dose excessiva de informação descontextualizada que abusa dos enredos e imagens catastróficas incomoda mas não provoca mudanças” (JAGUARIBE, 2007, p.15)” (PERES, 2016, p. 101), apenas “acabam caindo no mesmo lugar-comum das narrativas que reproduzem estereótipos, não oferecendo ‘consolo metafísico, utopia histórica ou projeto alternativo de futuro” (Idem).

6. Exemplos de matérias humanizadas

Uma das matérias que fiz nesse sentido foi intitulada "Só 4,3% dos homicídios no Pará são esclarecidos, aponta estudo", publicada em 29 de abril de 2018 no jornal Diário do Pará. A pauta nasceu depois que a professora de ensino fundamental da rede pública Maria das Graças entrou em contato com a Redação do jornal para denunciar que sua filha Mônica Machado dos Santos e seu neto Alexandro tinham sido assassinados há dois anos e até o momento não se tinha nenhuma perspectiva de solução do crime. O diretor da redação me escalou para investigar o caso e apontou um estudo na época recém-divulgado que foi elaborado pelo Instituto Sou da Paz (2018) e mostra que no Pará apenas 4,3% dos homicídios foram solucionados entre janeiro de 2015 e junho de 2017³. A princípio, os dados seriam o foco da reportagem, mas depois que apurei o caso e entrevistei a professora Maria das Graças, conversei com o diretor da redação para sugerir que a história fosse o principal ganho da matéria e, a partir dela, se abordasse os dados.

A entrevista foi marcada sem pretensões. Era apenas mais um caso a relatar. Conversei com Maria pelo WhatsApp e pedi para que fossemos até a casa onde viviam e onde morreram Mônica e Alexandro, no bairro do Aurá, área periférica do município de

³ Estudo divulgado em 2018 e disponível no link <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/index_isdp_web.pdf>

Ananindeua. . Esta é a cidade que mais mata mulheres em todo o Brasil. Segundo dados de 2015 divulgados pela Agência Pública, Ananindeua lidera o ranking com 21,9 homicídios para cada 100 mil habitantes. Em todo o Pará, apenas de 1º de janeiro a 10 de abril deste ano já foram 82 mulheres assassinadas, de acordo com informações divulgadas em nota à imprensa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup).

Agendamos a entrevista para um domingo pela manhã, quando eu estava de plantão e normalmente não há muitas ocorrências policiais, ou seja, as chances eram maiores de ter tempo livre para fazer a entrevista com calma. A caminho da pauta, conversei com a equipe para situá-los do caso e começarmos a pensar em como fazer a matéria - já que as equipes de reportagem não são fixas no jornal, por isso não teria como ter esse planejamento com o fotógrafo e motorista anteriormente. Quando chegamos na casa, fomos recebidos não apenas por Maria mas também por outros membros da família. Nos sentamos de frente a Maria e duas amigas muito próximas da vítima, Mônica, e ao redor ficavam os demais integrantes da família, que circulavam, indo e vindo enquanto a entrevista era feita. Comecei perguntando para dona Maria como era Mônica, que profissão tinha, como era sua personalidade, seus interesses, com quem vivia e o que sonhava para sua vida. Com os olhos cheios de lágrimas, Maria lembrava da sua filha, ao passo que as amigas também acrescentavam aspectos sobre ela: era trabalhadora, sonhava em ter a casa própria e poder proporcionar uma vida melhor para seus dois filhos. "Infelizmente, ela se envolveu com 'caras' errados", contavam as amigas. Primeiro, segundo elas, foi com um traficante que acabou sendo assassinado e depois de então ela passou a criar os filhos apenas com a ajuda da família e amigos. "Era cheia de vida, muito amorosa", diziam. Até que começaram a falar sobre seu assassinato. O principal suspeito é Rosinaldo Souza, o então companheiro de Mônica e padrasto de Alexandro. Família e amigos das vítimas acreditam que ele não aceitava que a mulher desejava terminar o relacionamento. Eles estavam juntos há oito meses. Ao relatarem toda a história, pedi para que me mostrassem fotos dela e, assim, o fotógrafo capturou a foto da matéria: Maria segurando a foto da filha e do Neto com olhar pesado e dolorido.



Figura 1 - Foto usada na reportagem mostra Maria das Graças segurando a foto da filha e do neto com olhar de tristeza e dor que representa sua perda.

Depois de uma entrevista que durou quase 2h, voltamos à redação. Passei dois dias refletindo sobre a matéria, juntando as palavras que pudessem representar melhor a história de Mônica e Alexandre, e de Maria também. Vidas marcadas pelo crime.

Comecei o texto apresentando Mônica para, em seguida, relatar seu assassinato e as denúncias da família. Depois, fiz a relação com os índices de feminicídio no município e ouvi uma fonte oficial para comentar o assunto e apresentar explicações para o problema-chave (a falta de conclusão de inquéritos no estado).

Enquanto retornávamos da entrevista, naquele domingo, mal havia comentários entre a equipe no carro. Era muita informação e muita emoção misturada. É difícil a tarefa de estar ao lado de pessoas chorando enquanto acendem suas dores e revivem memórias traumáticas e, mesmo assim, se manter íntegra, focada em garantir a sua reportagem. A sensação após essa entrevista era de desgaste emocional. Mas o resultado foi muito satisfatório. Recebi mensagem de Maria das Graças agradecendo por ter ajudado com o caso, ao dar essa visibilidade e chamar a atenção das autoridades. A matéria também foi publicada na versão online⁴.

⁴ A matéria “Só 4,3% dos homicídios no Pará são esclarecidos” está disponível no link <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-504515-so-43-porcento-dos-homicidios-no-para-sao-esclarecidos-aponta-estudo.html>>.



Figura 2 - Matéria como foi publicada no jornal impresso Diário do Pará no dia 29 de abril de 2018.

Estimulada pelo desafio de fazer um jornalismo mais sensível dentro da editoria de Polícia, propus ao editor que fizéssemos outras matérias nesse sentido. A próxima matéria de destaque dentro desse estilo foi "Em dois dias, 30 mortes na Grande Belém". Diferente da matéria anterior, desta vez não houve nada programado. No final de semana dos dias 28 e 29 de abril de 2018, deu-se sequência a uma onda de assassinatos na região metropolitana de Belém. A jovem Patrícia Santana, 23 anos, foi uma das vítimas e os comentários pelos grupos na internet era de que ela era universitária e modelo, o que indica que a chacina daquele final de semana tinha atingido também inocentes, não apenas pessoas envolvidas com o crime. Na manhã seguinte, minha missão era recuperar aquelas notícias para o jornal. Fui, então, até o endereço onde Patrícia e outros membros de sua família moravam e foram mortos. Na rua inteira, o clima era de muita tensão. Ao verem o carro da imprensa, os olhares eram de hostilidade. Não nos sentíamos bem ali, porque era claro que não éramos bem-vindos. Na casa onde estava sendo o velório, pediram que nos retirássemos. No entanto, junto com uma equipe de outro veículo de comunicação, encontramos um familiar das vítimas que gostaria de denunciar o que realmente teria acontecido, mas de forma anônima. A testemunha disse que gostaria de conceder uma entrevista para poder desmentir boatos de que as vítimas eram envolvidas com o crime, ou seja, tentar manter a reputação dessas pessoas.

Segundo o entrevistado, na residência, vivia toda a família: avó, filhos, noras e netos. A matriarca, Maria Izabel Marques Dias, 63, era costureira. Naquela noite, um grupo de

homens chegou em quatro motocicletas, desceu e começou a primeira sequência de tiros. Uma das netas, a universitária Patrícia Santana Dias, 23, estava na calçada e foi a primeira a ser atingida. Mais quatro membros da família foram atingidos. A avó, Maria Izabel, e o garoto Diego Santana Dias, 13, não resistiram aos ferimentos e morreram praticamente na hora. Diana Marques Dias, 38, e Jonathan Santana Dias, 22, também foram atingidos, mas, assim como Patrícia, foram socorridos e estão internados em um hospital. Diego, Patrícia e Jonathan são irmãos. Diana é filha de Maria e tia dos três irmãos.

Essa matéria assumiu o tom de denúncia não apenas para a falta de soluções dos casos mas para todo o cenário de violência na capital do Pará. A partir desses homicídios, abordou-se outros casos parecidos. A matéria, novamente, foi publicada no jornal impresso e versão online⁵.



Figura 3 - Matéria como foi publicada no jornal impresso Diário do Pará no dia 1º de maio de 2018.

Outra experiência minha que tenho a destacar foi a de um especial sobre pessoas inocentes que foram assassinadas na cidade. Essa foi a que mais me abalou emocionalmente. Em um intervalo de um mês, dois homicídios ganharam grande repercussão em Belém: a do garoto Lucas, de apenas 4 anos, que foi vítima de bala perdida no bairro da Sacramento, e do pugilista campeão panamericano Brendo, executado no bairro da Cremação.

Iniciei a reportagem um dia depois da morte de Brendo. O caso tinha sido na noite

⁵ Matéria “Em dois dias, 30 mortes na Grande Belém” está disponível no link <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-504865-em-dois-dias-30-mortes-na-grande-belem.html>>

anterior e, por isso, ainda se tinha poucas informações a respeito. Fui indagada, então, a tentar descobrir mais sobre o assunto. Junto com a equipe, fui até o local do crime e descobri que ali funciona uma academia de boxe. Entramos e fizemos algumas perguntas (se ali era o local do crime, se conheciam Brendo). Seu tio, dono da academia, estava visivelmente abalado, mas se prontificou a falar. Convidou-nos a entrar e conhecer a academia e, então, nos mostrou algumas fotos do falecido sobrinho, onde ele treinava e passamos a conversar não só sobre a tragédia que havia acontecido, mas especialmente sobre como ele era, quais suas ambições e sua rotina, tal qual fiz na primeira reportagem acima citada.

Escrevendo a história de mais um inocente vítima do crime, lembrei do garoto Lucas, que havia falecido poucos dias antes, depois de lutar por muito tempo no hospital tentando sobreviver de uma bala perdida. Fui atrás do contato de algum familiar do menino, através de grupos de jornalistas, e então liguei para ver se a família tinha interesse em relatar a sua visão da história - que até então só tinha circulado por meio da voz das autoridades oficiais, como a Polícia Militar. Quem me atendeu foi a tia do garoto, que agendou a entrevista. Acertada a data, pedi ao meu editor liberação das matérias rotineiras para que pudesse me dedicar à pauta sem pressa. Assim como na primeira reportagem aqui citada, expliquei no caminho à equipe como seria a pauta. Fui recebida por vários membros da família, mas a própria mãe de Lucas, Rosiana Nunes, tomou a iniciativa de falar. Ela não sabia como começar a contar a história do garoto e claramente cada palavra causava muita dor, até porque o trauma ainda era muito recente.

Novamente, iniciei perguntando sobre como ele era, mas mesmo essa questão já enchia os olhos de Rosiana. Segundo ela, o grande sonho da criança era ser jogador de futebol e um dos momentos prediletos era ver o pai jogar uma partida em um campo, na travessa Barão do Triunfo, esquina com a Senador Lemos, bairro da Sacramento, justamente onde ele foi assassinado.

No dia 20 de março de 2018, enquanto esperava iniciar o jogo do pai, um motoqueiro apareceu na arena e começou a disparar, tendo como alvo um homem que estava por ali. As pessoas saíram correndo, com as crianças nos colos, inclusive Lucas. Após os disparos e depois de o criminoso ter fugido, perceberam que o menino estava sangrando. Ele foi levado imediatamente para o hospital, com poucas chances de sobrevivência, mas conseguiu fazer uma cirurgia e teve um bom pós-operatório. A mãe contou que nesse momento teve esperança de que ele conseguiria superar o trauma e ficar bem. A bala tinha atingido sua medula óssea

e Lucas passou um mês internado, mas na última semana começou a ter complicações e não resistiu.

Rosiana não poupou detalhes e era possível ver em seus olhos que ela enxerga cada cena ainda com clareza em sua mente. Contou tudo, desde como ele brincava com sua irmã até como ficou seu corpo no necrotério. E tudo aquilo trazia muita dor para toda a família que ali estava e também para nós mesmos, da equipe de jornalismo. Pensando na foto para ilustrar todo esse sentimento, ainda no início da entrevista pedimos para que a mãe nos mostrasse alguns brinquedos de Lucas, mas ela disse que já tinha doado, à exceção de um boneco do super-herói Batman, que era seu preferido. Ela pegou o boneco e segurou durante toda a entrevista. Na foto escolhida para a reportagem, Rosiana segura o boneco enquanto chora, uma foto forte que exprime muito os sentimentos da família.



Figura 4 - A mãe da vítima, Rosiana, segura o boneco da criança enquanto chora ao narrar seu testemunho.



Figura 5 - Matéria publicada no Diário do Pará no dia 06 de maio de 2018.

Essa foi a história que mais ficou marcada, para mim. Trouxe muita tristeza e fiquei por muito tempo com a história na cabeça. Encarar minha missão enquanto profissional diante de tanta dor e sofrimento foi muito difícil. Ao escrever, poderia tomar vários caminhos. Escrevi e reescrevi várias vezes. Ao fim, decidi focar nas pessoas que por fim se tornaram vítimas e mostrar que, quando acontece um homicídio, a morte assola não apenas o atingido pela bala, mas todos ao seu redor. Mais uma vez, a matéria foi publicada na versão impressa e online⁶.

7. Considerações finais

Embora o tema da violência e do crime não seja novidade tanto no jornalismo quanto na mídia como um todo, a forma de abordagem desse assunto tem sofrido algumas mudanças. O jornalismo humanizado é uma delas. Muito utilizado para outras temáticas, como Saúde e Populações Tradicionais, esse tipo de jornalismo tem sido experimentado nos cadernos de Polícia. No período em que trabalhei com essa editoria, observei que seria muito mais

⁶ Matéria “Não vou saber como ele teria crescido” está disponível no link <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-506070-familias-orfas-choram-por-seus-inocentes-vitimas-da-violencia.html>.

enriquecedor escrever na ordem do sensível, evidenciando a relação sujeito-sujeito nas práticas cotidianas.

Tomando como base as discussões teóricas acima levantadas e as experiências que vivi, considero ser possível fazer jornalismo humanizado no caderno Polícia. No entanto, ainda há muitos desafios a serem enfrentados pelos profissionais e até mesmo pelos leitores. Tendo como referência minha própria experiência e de meus colegas, acredito que quando o jornalista sai da universidade, depara-se com um mercado com uma mentalidade muito diferente. Na universidade, há uma formação humanística que não é facilmente encontrada nem incentivada no exercício da profissão. No mercado de trabalho, normalmente o jornalista encara como tarefas diárias perpetuar o formato hard news, padrão, baseado no lide, conforme anteriormente citado. Apesar de, à primeira vista, parecerem dois mundos completamente diferentes, a formação teórica do jornalista é a chave para renovar o jornalismo. Na minha opinião, o conhecimento das ciências humanas é a base que melhor prepara o profissional para lidar com sangue, dor, perda e luto que vemos no cotidiano. Isso porque esse conhecimento permite abrir uma janela do pensamento para ver além daquele momento e identificar e narrar os fatos como mais do que "coisas".

Mas chegar a essa reflexão não é um processo que acontece de imediato e nem sempre é espontâneo. Durante o expediente, o jornalista precisa agir com muita agilidade para cumprir as demandas do dia e nem sempre há tempo ou abertura da editoria para que haja reflexão nesse sentido. Por isso, o ideal seria que na própria faculdade houvesse essa articulação com o mercado, preparando o graduando para o que irá vivenciar no jornalismo policial. Desse modo, poderia quebrar o estigma e o medo que há envolta do jornalismo policial e haveria mais margem para pensar em um jornalismo policial que utilize outras abordagens além da violência bruta e explícita estampada nas capas dos jornais.

Às editorias dos jornais, de maneira geral, ainda carece também uma mudança de mentalidade para estimular suas equipes a ir atrás de histórias com abordagens diferentes do tradicional e além do sangue.

No entanto, mesmo com os desafios pela frente, há sinais de que, aos poucos, essa renovação está acontecendo, como narrado em minha experiência e outros casos percebidos Brasil e mundo afora.

BIBLIOGRAFIA

- DIJK, Teun Van. Notícias e Conhecimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. II (2). P.13-30
Florianópolis: Posjor UFSC-Insular, 2005
- JJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). In: Revista Verso e Reverso, volume 31, nº 78. São Leopoldo, RS: 2017, p. 236.
- LEMOS, Cláudia. Narrar a violência - a cobertura policial num jornal popular dos anos 1990. In: Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande: Intercom, 2001.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. In: revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, edição 1. Brasília: Compós, 2004.
- PAIXÃO, Patrícia (org.). Jornalismo policial: histórias de quem faz. Jundiaí: Editora in House, 2010.
- PERES, A. C. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. Galaxia (São Paulo, Online), n. 31, p. 92-104, abr. 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016120913>>. Acesso em 19/01/2019.
- PORTO, Ana Gomes. Romance sensacional e histórias de crime no Rio de Janeiro de início do século XX. Revista Escritos, Ano 4, nº 4. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2010. Disponível em <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/porto.pdf>>. Acesso em 06/01/2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SEITZ, D.C. Joseph Pulitzer: His Life & Letters. New York: Simon & Schuster, 1924.